
A REVOLTA DOS COLONOS OUTRAS MEMÓRIAS

THE REVOLT OF SETTLERS OTHER MEMORIES

Tiago Arcanjo Orben¹
Mestrando em História – PUCRS (Bolsista CAPES)
tiagoarben@gmail.com

RESUMO: A presente comunicação apresenta alguns aspectos de minha pesquisa de Mestrado, na qual, procuro refletir narrativas de personagens que participaram da Revolta dos Colonos de 1957 ocorrida no Sudoeste do Estado do Paraná. O levante social de 1957 envolveu diferentes interesses, no campo social, político e econômico, tais aspectos inserem-se em um contexto específico de disputas pela terra na região. O levante é reconhecidamente um movimento popular, em que colonos, percebidos enquanto posseiros, ocupam as principais cidades da região e obrigam a retirada das companhias colonizadoras, conquistando suas propriedades. A pesquisa utiliza-se da história oral, refletindo experiências de sujeitos que viveram o período ou presenciaram o conflito social, assim, visa compreender suas trajetórias de vida, seus modos de viver e lutas na terra. Nas entrevistas, dentre os inúmeros aspectos apresentados, ressalta-se as dificuldades sociais e econômicas em um contexto de instabilidade política. Deste modo, pretendo apresentar as experiências sociais no sentido qualitativo da fonte oral, demonstrando como no levante as experiências de pessoas simples, sem vínculo com partidos políticos ou sem ser uma liderança urbana, também foram significativas para o desfecho da Revolta. Ao pensar como esses personagens observam os principais acontecimentos, destaco como isso difere de memórias ditas oficiais.

PALAVRAS-CHAVE: Sudoeste do Paraná. História oral. Experiências sociais. Memória.

ABSTRACT: I present in this work aspects of my Master's dissertation, where I reflect narratives of people who participated of Settlers' Revolt, which occurred in the Southwest of Paraná, in 1957. This revolt involved different interests in social, economic and politic aspects, which are inserted in the struggle for land. In this popular uprising, the settlers occupied the main towns of region to combat usurpation of their land by colonizing companies, and thus win the ultimate right to land ownership. My search use oral history, reflecting about experiences of people, who lived or witnessed the conflict, so I aim understand their life histories, their ways of life and struggles for land. In interviews, among many aspects, the social and economic difficulties are emphasized in a context of political instability. Thus, I intend to present social experiences in the qualitative sense of the oral source, demonstrating how the experiences of simple people, with no ties to politician parties or without being an urban leadership, were also significant for the outcome of the Revolt. When I analyzing about how these people realize the main events of that period, I highlight how it differs from said official memories.

KEYWORDS: Southwest of Paraná. oral history. social experiences. memory.

¹ Orientador: Prof. Dr. René E. Gertz.

Apresentação:²

A proposta deste artigo é essencialmente refletir memórias da Revolta de 1957 no Sudoeste do Estado do Paraná – fundamentalmente a partir do município de Verê – considerando de que forma os agentes deste movimento rememoram este período, tanto em relação às memórias felizes de vivências cotidianas em comunidade, como, de um período difícil, em que o litígio da terra apresentava novas dinâmicas e desafios na conquista da terra.

O conflito de 1957 no Sudoeste deu-se basicamente entre colonos e companhias de terras, em especial a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, CITLA, além de suas subsidiárias Apucarana e Comercial. Na década de 1950, os colonos que migravam do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e de outras regiões do Paraná, encontram um contexto peculiar. Na condição de posseiros, são levados a uma organização social que posteriormente seria conhecida por diferentes interpretações. Dentre as quais, caracterizo o movimento enquanto Revolta dos Colonos.

A partir disto destaco que o objetivo aqui não é apresentar o levante e seus principais eventos, mas sim, destacar as experiências de sujeitos que viveram ou participaram da luta pela terra, com ênfase para as vivências de pessoas simples, percebendo como o conflito social aparece em suas memórias. Apresento isso, em oposição às memórias ditas oficiais, que ao rememorarem o levante apropriam-se da luta dos colonos, principalmente em manifestações comemorativas de cunho político que se intensificam a partir do ano de 2007, quando o levante dos colonos completou 50 anos.

Desejo ao apresentar os relatos orais, privilegiar a Revolta de 1957 a partir de sujeitos que até então não eram lembrados. Pretendo apresentar as experiências sociais no sentido qualitativo da fonte oral, demonstrando como no levante de 1957 as experiências de pessoas simples, sem vínculo com partidos políticos ou sem ser uma liderança urbana, também foram significativas para o desfecho da Revolta.

² Este artigo faz parte do III capítulo de minha Dissertação de Mestrado em História, a qual será defendida ao fim do primeiro semestre de 2014.

No trabalho com história oral, recorro a importância de refletir questões relacionadas à memória, levando em consideração que trabalhamos com a subjetividade. Assim, a memória individual que nos é apresentada tem uma subjetividade assumida, a quem obedece ao transmitir experiências. Ao trabalhar com fontes orais o historiador deve se comprometer com a memória enquanto metodologia. Desta forma, é importante considerarmos as discussões relacionadas à memória, já que a mesma é a nossa matéria prima enquanto pesquisadores de história oral.

Michael Pollak em *Memória, esquecimento, silêncio*, procura refletir o caráter problemático da memória coletiva nos dias atuais. Neste sentido, procura pensar “numa inversão de perspectivas,” nas quais não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas sim, perceber como eles estão dotados de duração e estabilidade.

A partir deste contexto é que apresenta a importância da história oral ou das fontes orais na análise dos excluídos e marginalizados ou das minorias. O que teria contribuído para a importância dessas “memórias subterrâneas”, que se opõe a memória oficial. Neste sentido, Pollak alerta que apesar da história oral apresentar essas “memórias subterrâneas”, ao mesmo tempo elas afloram em momentos em que a memória está em disputa. Assim: “Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes.” (POLLAK, 1989, p.03, 04.)

As considerações de Pollak expressam o objetivo inicial de minha pesquisa, que em essência constituía-se em apresentar as vivências ou experiências dos remanescentes da Revolta de 1957. Obviamente o interesse em trabalhar com as experiências destes sujeitos não advém do nada, ela nasce de uma vontade de apresentar as vivências do levante. Ou seja, a historiografia oficial sobre a Revolta já tinha apropriado nomes e eventos para o levante, em quais, os protagonistas da Revolta na maioria das vezes são minimizados nestas comemorações.

Desta forma, conforme esclarece Pollak, temos uma memória em disputa ou concorrente, do que lembrar e comemorar sobre 1957. Isso em consideração a essas “memórias subterrâneas” a partir da história oral, em oposição a essa dita memória oficial. Ou seja, a necessidade de apresentar essas memórias somente surge porque ocorre à apropriação

da luta dos colonos, caso contrário, provavelmente não haveria necessidade de trabalhar com o levante desta forma, assim, temos um contexto em que a memória da Revolta esta em disputa.

Pollak apresenta algumas considerações em relação ao trabalho de Halbwachs e demonstra em algumas linhas de que forma percebe a questão da memória coletiva a partir de uma “inversão de perspectivas” nas análises atuais sobre esse fenômeno:

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p.04.)

Pollak acentua uma nova perspectiva ao observar a memória coletiva apresentada por Halbwachs, a qual acentuaria o caráter opressor e uniformizador da memória coletiva nacional. Enquanto, as memórias subterrâneas surgiriam em momentos de crise, de maneira quase imperceptível, ou seja, claramente temos uma inversão de perspectivas, em que a memória antes coletiva, agora se apresenta em disputa. Como já foi exposto, não se trata mais de considerar os fatos sociais como coisas, mas sim, de considerar como eles se tornam coisas.

Com isso, na sequência do trabalho passarei a apresentar as vivências de meus entrevistados em relação as suas trajetórias de vida, percebendo como o conflito de 1957 aparece em meio às experiências narradas. Dentre as diversas questões analisadas e que merecem destaque, apresenta-se as dificuldades sociais e econômicas em um contexto de instabilidade política.

Outras memórias: Trajetórias de vida e luta pela terra

Apresento agora, memórias ligadas a acontecimentos vivenciados por sujeitos no município de Verê, para tanto, destaco os depoimentos de Tereza Tartas, Antonio Thomé,

Olivino Garbosa e Edmundo Santoro. Assim, seguindo o raciocínio apresentado no item anterior, aponto alguns aspectos relacionados à vida no campo na década de 50 e de que forma os eventos relacionados ao litígio da terra aparecem nas memórias.

Tereza Tartas é natural de Erechim, aos 78 anos, apresentou em seu depoimento inúmeras vivências relacionadas ao campo. A entrevistada migra do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e posteriormente para a zona rural do município de Verê, no ano de 1956, justamente quando o litígio da terra acirra-se. Assim, seu depoimento é marcado pela vida no campo junto às migrações, sempre a procura de um local melhor para sua família, e é com essa motivação que decidem migrar para o Paraná em um momento em que a região recebia grande fluxo migratório, conforme relata quando interrogada qual era o motivo que os fez ir para o Paraná:

A mãe tinha essa, ela ia pra Chapecó, nós ia ali, nós morava ali em Alvarana [zona rural de Chapecó] daí nós vinha pra Chapecó a-cavalo e ela vinha pra Chapecó e enxergava quanta mudança indo, quanta mudança sempre: “vai tudo pro Paraná” e “vai tudo pro Paraná” e o irmão dela já tava morando ali no Bananal [zona rural de Verê] e veio e compro aquela terra.(TARTAS, 2013, p.03.)

No presente trecho Tereza Tartas destaca que sua mãe tinha esse desejo de morar no Paraná, apontando que o Estado passava por uma forte migração, o que era notável no município de Chapecó no oeste catarinense, local de passagem para quem vai do Rio Grande do Sul ou mesmo de outras regiões de Santa Catarina para o Sudoeste paranaense. Soma-se a isso os laços com pessoas que já moravam no Paraná, no caso, seu irmão, o que teria contribuído para que futuramente a família migrasse por completo:

Nós viemos de caminhão com a mudança e o meu irmão veio com carroça de boi e trouxeram o gado, as vacas e novilha que tinha, trouxeram tocando. Oito dias levaram pra vim de lá de Santa Catarina até aqui com a carroça de boi [...]. E quando eles saíram, numa terça feira de manha de lá, do Rodeio Bonito onde nós morava, na outra terça feira no escurecer eles chagaram ali no Kennedy, que morava a tia Madalena e o tio Chico, o pai do Pedro, eles moravam ali, que tinha o bolão na frente da igreja, pra baixo da rua era a bodega deles e eles tinham um bolão ali. Eles chegaram ali e pararam um pouco ali e foram até no Bananal pra levar aquela criação e soltar no

potreiro, que aqui não tinha potreiro pra soltar, foram até lá no Bananal. (TARTAS, 2013, p.07.)

A descrição de Tereza recorda as dificuldades enfrentadas na migração, apontando para a longa viagem de Chapecó até Verê. Neste sentido, ganha destaque o “trazer o gado tocado” e os “oito dias de viagem” necessários para completar o percurso. Ou seja, as vivências de dona Tereza apresentam não só suas dificuldades, mas também de toda a sua família, associada aos poucos recursos financeiros. No transcorrer da entrevista dona Tereza ainda apresenta outras descrições desta viagem, com destaque para as dificuldades enfrentadas pelos seus familiares durante os oito dias até Verê.

A instabilidade social é lembrada constantemente por Tereza, como quando interrogo como que era viver no município assim que chegaram: “Nossa Senhora o Verê era, tinha só umas casas de madeira assim véia e imagina era tempo daquela, da Revolta, ninguém queria morar aqui, quanta gente foram de volta embora, que deu aquela Revolta aqui aquela vez.” (TARTAS, 2013, p.08.) O presente trecho apresenta um dado interessante do depoimento de dona Tereza, como foi expresso anteriormente a entrevistada teria afirmado que a migração para a região era muito grande e que esse também foi um fator que influenciou na vinda de sua família. Ao mesmo tempo, indicadores populacionais³ demarcam o quão significativo foi o fluxo migratório na década de 50 para o Sudoeste do Paraná.

Alheio a isso, apresenta-se o trecho acima, cabe recordar que a pergunta feita a dona Tereza foi “como era viver em Verê assim que chegaram?” Rapidamente a entrevistada recorda-se dos acontecimentos envolvendo o litígio da terra, apenas lembra que tinha algumas casas “de madeira velha” e assinala que “era tempo daquela Revolta” o que influenciaria no “ninguém queria morar aqui”. Tais aspectos estariam influenciando uma nova migração, já que muitos estavam voltando para seu Estado de origem, conforme assinala a entrevistada “quanta gente foram de volta embora.”

Esses elementos apresentam-se enquanto um diferencial que o depoimento oral possibilita a história. Neste caso, se atentarmos somente para os dados apresentados em

³ Exemplo disto pode ser verificado no trabalho de Hermógenes Lazier: LAZIER, Hermógenes. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. No qual, o autor expõe um quadro do grande fluxo migratório e consequente aumento populacional na região Sudoeste do Paraná nas décadas de 1940 e 50.

gráficos ou levantamento populacional do período, veríamos um enorme aumento populacional nas décadas de 50 e 60, o que de certa maneira é aceitável, pois até a década de 40 a região era quase e unicamente ocupada por populações nativas. Assim, o depoimento de dona Tereza apresenta essa “mão dupla” quando associa à migração à Revolta, pois segundo a entrevistada nos anos de grande instabilidade social – isso significava 56 e 57 – a migração também era constante na volta para seu local de origem, como resultado do medo e da insegurança vividos naquele período.

Em todo caso, a família de Tereza Tartas decidiu ficar na região, em seu depoimento a entrevistada destaca os acontecimentos mais significativos do levante em Verê e em outras cidades. Neste sentido, também aponta o envolvimento de sua família com alguns sujeitos reconhecidos como jagunços, além é claro de sempre recordar as ações dos colonos junto ao que sua família vivia. É neste sentido que dona Tereza esclarece como efetivaram a compra do terreno onde moravam. Em um primeiro momento sua mãe apenas adquiriu o terreno e posteriormente a família migrou por completo:

E nós viemos aqui pro Paraná que a minha mãe compro sítio aqui e, ela comprou o sítio e o meu irmão veio ali pra trabalhar, pra fazer a planta nas terras do trigo, que o homem ainda tinha plantado trigo, daí eu vim junto com o meu irmão, nós lavremos a terra ali com boi e quando o meu irmão veio primeiro derruba um pedaço de mato ali, entro os jagunços. Quando os jagunços entraram e pediram e pediram que era pra dar dinheiro da entrada da escritura e a minha mãe pego e mando 12 mil, pra cá, 12 conto naquela tempo não se falava em mil, era conto de réis[...] [...]E prenderam aquela companhia e aquele dinheiro foi perdido e pra nós aquela vez foi um dinheiro! [dando a entender que o valor fez muita falta para sua família]. (TARTAS, 2013, p.01.)

O presente trecho apresenta elementos não só da compra do sítio em Verê, mas também, do dinheiro perdido para os jagunços. Dona Tereza exalta que inicialmente já haviam se deslocado até a região para preparar alguma plantação, para que já tivessem algo para colher assim que chegassem com a mudança. Porém, nessa primeira vinda, com seu irmão, os jagunços já tratam de solicitar dinheiro de sua família, no caso, “12 contos de réis”, que seriam para encaminhar a escritura da terra. Assim, a entrevistada recorda que esse valor era significativo no período e que para sua família “foi um dinheiro!”, dando a entender que

fez falta, pois foi um valor extra que teve que ser desembolsado, já que foi um gasto além do empregado na compra da propriedade.

Além do exemplo de sua família a entrevistada também recorda o ocorrido com seu futuro marido José Tartas, o qual, também teve a presença dos jagunços enquanto intimidação em relação à terra que havia comprado:

[...] eles davam uns papel que era válido e era tudo falso e, o meu marido que era solteiro tava com os jagunços abrindo picada no mato onde ele compro o sítio. Aquele tempo comprava por uma porca ou uma, assim um pedaço de terra e ele tava junto com os jagunços lá fazendo picada abrindo por onde ele comprou, e veio ordem pra eles que eram pra se recolher tudo e ir embora, e quando veio a lei pra eles se recolher, o meu marido sempre dizia: “que aquela vez se ele quisesse podia ter matado aqueles pião lá com a foice.” Vieram embora com eles, trabalhavam assim e eram amigo e tudo, que eles diziam que era tudo legal. (TARTAS, 2013, p.08.)

As colocações de dona Tereza confirmam uma descrição frequentemente encontrada em relação à ação dos jagunços, de que os mesmos, diziam-se portadores de um documento oficial em relação à terra. Também é interessante observar que seu futuro marido teria consentido em demarcar sua propriedade para uma futura negociação, já que os jagunços agiam sempre através da intimidação, o que obrigava a demarcação e pagamento da terra. No exemplo acima, felizmente o desfecho em favor dos colonos veio antes do pagamento e José Tartas reafirmaria que com o consentimento na demarcação da propriedade os funcionários da companhia demonstravam-se amistosos.

Tais características apresentam-se enquanto um desafio ao migrante, o depoimento de dona Tereza demonstra como o litígio da terra foi um problema a ser enfrentado por sua família, indicando como agiam, em vista aos poucos recursos financeiros que dispunham. Neste sentido, seu depoimento demonstra como os acontecimentos de 1957 foram significativos para sua família, mesmo que não tenha participado diretamente dos principais acontecimentos, ou seja, dos levantes em Verê, Francisco Beltrão, Pato Branco e fronteira, a entrevistada apresenta em suas memórias inúmeras vivências ligadas ao litígio da terra, o que demonstra que não foram somente os levantes que fizeram os acontecimentos de 1957, mas sim, as vivências dos diferentes agentes e o quão significativo aquilo foi para suas vidas.

Essas considerações apresentam-se mais claras na sequência de seu depoimento, no momento em que assinala a dúvida em relação à validade dos documentos que as companhias apresentavam: “eles diziam que tavam certo e depois quando veio à ordem pra eles se recolher, que daí casaram tudo eles.” Ou seja, em tese na relação migrante X companhia ou jagunço, pesava a argumentação de quem realmente estava certo, o que somada a ação dos jagunços, obrigava o colono a pagar o valor requerido, como no caso, os “12 contos de réis” que fizeram significativa falta futuramente: “Mas ela mando quase todo o dinheiro ali, depois pra, pra fazer aquele dinheiro denovo!”. (TARTAS, 2013, p.08.). Ou seja, a insegurança fez com que sua mãe envia-se o dinheiro, mesmo o valor fazendo muita falta.

Essas considerações também são expressas em outros depoimentos em relação ao levante, outro elemento que também é expresso por Tereza Tartas são as vivências em comunidade. A entrevistada dedica boa parte de seu depoimento para esses momentos, bem como, para descrições em relação a sua família, neste sentido, se observada de uma forma ampla os momentos em que se reporta ao litígio da terra ou a acontecimentos relacionados a isso, são de certa forma sucintos. Já quando relata vivências em família apresenta longos relatos, nos quais considera o período, mesmo após o levante como difícil. Como exemplo, destaco o momento em que caracteriza a rigidez de sua mãe, depois de seu casamento: “Como é que foi a vida, não foi fácil. A minha mãe era, “Deus o livre” [aperta a mão, demonstrando firmeza].” (TARTAS, 2013, p.09.)

Assim, de uma forma ampla o que a diferencia de outros entrevistados é que suas lembranças familiares ou em comunidade nem sempre são felizes, mas sim, de dificuldades e de superação, o que pode ter contribuído para seu depoimento se caracterizar mais por descrições de seu círculo familiar, do que, em relação ao levante. Já que não teve uma participação pessoal tão ativa em relação aos acontecimentos da Revolta.

Antonio Thomé é outro sujeito que vivenciou os acontecimentos de 1957, natural de Nova Prata/RS, - no período Nova Prata ainda pertencia a Lagoa Vermelha - em 2013, quando concedeu seu depoimento estava com 92 anos, dos quais vivenciou boa parte no Paraná, já que migrou aos 25 anos de idade para o Sudoeste do Estado, no ano de 1946. Isso

ganha destaque em suas densas descrições recheadas de detalhes, em que, assinala como eram as pequenas vilas que compunham a atual região Sudoeste do Paraná.

Neste sentido, recorda-se que em 1946 o local onde vive hoje era praticamente desabitado e assinala quantos moradores existiam: “O Verê tinha três moradores, a igreja era quatro forquilhas do mato e um ripão em cima. A única igreja que tinha aqui, que chamava por igreja não tava terminada ainda, é a Nossa Senhora de Lurdes lá do Santana [comunidade de Verê] lá em baixo.” (THOMÉ, 2013, p.01.) A presente descrição enfatiza tanto os poucos moradores existentes, como, o papel da religião, no caso da igreja Católica enquanto um local comum e “necessário”, a qual é enfatizada neste momento ao lado da mata no sentido de sertão e dos poucos moradores, tentando passar a ideia de que nem igreja existia, algo inconcebível para a organização social atual na região.

Além disso, nesta mesma argumentação Thomé enfatiza os poucos moradores existentes: “Fim de picada aqui, Alto Verê era o fim. Agora aquele tempo não existia cartório não existia nada, cada um fazia pra si, salva-se quem pudesse, agora só que naquele tempo não existia discussão, não tinha ou isso que aquilo a covardia de hoje em dia.” (THOMÉ, 2013, p.01.) Tais considerações enfatizam alguns aspectos já apresentados, como o grande fluxo migratório a partir da década de 50, além de caracterizar alguns pontos de Verê – como a comunidade de Alto Verê – enquanto “fim de picada”, ou seja, dali em diante a reocupação – por parte dos migrantes – não havia acontecido ainda.

Em sequência ainda apresenta um aspecto interessante em relação à presença do Estado, pois afirma que não existia nada, “não existia cartório” e cada um “fazia pra si” para superar as adversidades. Quando Thomé afirma tais aspectos, pode se esperar que em seguida apresentasse elementos de desorganização social ou instabilidade, mas em sentido diverso, Thomé demonstra certa insatisfação com o Estado atual, pois afirma que “não tinha a covardia de hoje em dia”.

Esses elementos demonstram a capacidade de interpretação do entrevistado, pois ao mesmo tempo, questiona a realidade atual de uma região ou de um país “desenvolvido”. Em oposição, a desorganização do período, em um local em que o Estado ainda não estava

presente, mas que mesmo assim era melhor para viver, pois através do respeito “não existia discussão”, o que possibilitava uma vivência harmônica.

Essas características poderiam ser mais exploradas em sentido teórico, mas como esse não é o aporte essencial deste trabalho, apenas pego o fio deste aspecto para refletir a participação ou presença de Antonio Thomé nos acontecimentos de 1956 e 57. Expresso isso, indico o cargo que o entrevistado passa a ocupar na região nos anos seguintes e também durante o levante. Thomé era Inspetor de Quarteirão, que nos dias atuais pode se comparar a um delegado, só que com jurisdição e funções reduzidas, porém para o período era uma função de extrema importância.

Thomé não percebe com bons olhos essa ocupação, em especial, quando associada aos acontecimentos envolvendo o litígio da terra, já que em 56 e 57 o governador do Paraná, Moisés Lupion, era conivente com as ações das companhias, o que, tornava a polícia do Estado também conivente com a situação e automaticamente quem exercia a função de Inspetor de Quarteirão. Provavelmente por isso, o entrevistado afirma que depois do levante “nunca mais quis saber daquela ‘pendura’” termo pelo qual qualifica a função que exercia. Neste sentido, ao descrever a função e de que forma tornou-se Inspetor, destaca o nome de Walter Pecóits, o qual além de ser um importante nome do levante em Francisco Beltrão também preocupava-se em manter nomes como seu Antonio ao seu lado: “Fiquei seis anos e não tive cristo, chegava pegava os papel, saía a nomeação:’[Pecóits] ‘segura a tua merda ai, eu tenho igual pra me incomodar, não você enquanto eu to você fica pronto.” (THOMÉ, 2013, p.09.)

Essas considerações o entrevistado faz em referência a Pecóits, demonstrando a insatisfação com a função, o que também faz transparecer o desconforto vivido por Pecóits que atuava enquanto liderança em Francisco Beltrão.

Assim, em seu depoimento demonstra como mesmo estando em uma posição difícil opta por dar apoio aos colonos e juntar-se a algumas lideranças urbanas, de certa forma ignorando sua função, já que as lideranças lhe davam respaldo em Francisco Beltrão. Tais aspectos expressa junto à instabilidade que vivia para com os jagunços, conforme descreve quando interrogado se era perseguido:

Má claro, era eu que administrava aqui e o caso é que o dia que eu tinha o meu falecido, o meu filho mais velho que eu tinha pequenininho no colo, um dia, ele não me matou por causa da criança. Me rondaram o ranço uma semana, que aquele tempo matavam mesmo.[...] “Porco dio” sabe que, eu era obrigado pra ir buscar um quilo de açúcar ou uma caixa de fósforo, ia por uma picada e voltava por outra, eles queriam me matar não me prende, por causa que eu descobri tudo o que era sujeira. Não era pra me prender, era pra me matar, mas que atirasse bem o primeiro tiro, por que senão nós contava os causos. Só to te dizendo eu não sou mais do que ninguém, mas no meu direito eu sou homem. (THOMÉ, 2013, p.04, 05.)

É interessante observar as ameaças ou a pressão que os jagunços – funcionários das companhias – exerciam sobre Thomé, ao ponto de ser obrigado a deslocar-se somente por picadas e nunca pelo mesmo caminho. Outro aspecto importante é que seu Antonio enfatiza que os jagunços não o queriam apenas preso, mas sim, morto, “eles queriam me matar e não me prender”, ou seja, diferente do que acontecia aos colonos, com os quais a intimidação era mais comum, com Thomé o que ocorria eram ameaças constantes inclusive de morte. Isso o faz afirmar que estava disposto a agir até as últimas consequências, indicando que “não é mais do que ninguém”, mas no seu direito iria defender-se.

Em relação ao levante de 10 de outubro em Francisco Beltrão, Thomé destaca como foi avisado através do rádio e apresenta características deste dia:

O doutor Walter, doutor Walter, tinha entre o Walter, o Prollo, o doutor Suplicy, em muitos em fim lá entraram a comissão lá, se levantaram pra fazer o levante. Então tinha aquele rádio de mesa assim sabe, que me avisava quando era, pra tal dia assim, assim. As armas que tiver é pra levar, faca, revolver, facão ou, é pra fazer tipo guerra mesmo. Eu nunca vi um espetáculo igual compreende. [...] Mas o caso é que tinha horas sabe, que eu fazia plano, tinha hora era uma alegria! Tinha hora que dava um remorso, dava um arrepio, não tenho vergonha de te contar. Má sou obrigado a enfrentar sabe e os outros todo mundo me consideravam, não é certo, morrer mas morrer em honra de homem, eles vieram me acompanhando aqui meus cunhados e tios, na escura sem saber onde é que vinha, em confiança minha de um piá bem dizer, por que eu era solteiro. Deixar minha mãe sozinha ai, não, não; não é fácil. (THOMÉ, 2013, p.06.)

A descrição apresenta elementos de quem viveu o levante não como uma liderança, mas sim, como um sujeito simples, o qual como vários outros aguardou pelo rádio até ser convocado para o levante. Além disso, é interessante observar os ânimos acirrados durante o levante na cidade, apontando que “nunca viu um espetáculo igual” com momentos de tensão e de alegria, conforme as negociações avançavam para o desfecho em favor dos colonos. Outro aspecto interessante é que Thomé faz uma avaliação própria, considerando-se solteiro e ainda um “piá”, mas que, ao mesmo tempo já tinha responsabilidades e que não poderia deixar sua mãe sozinha. Tais considerações apresentam-se como uma reavaliação do entrevistado em relação ao que viveu naquele dia, não tem vergonha de contar que em determinados momentos “arrepuiu-se”, porém, essa consideração só faz hoje ao considerar o acontecido após mais de 50 anos, mas que era obrigado a enfrentar.

Ainda em relação à fonte oral, destaco o relato do senhor Edmundo Santoro. Natural de Jaraguá do Sul/SC, nasceu em 23 de junho de 1924, no momento da entrevista, no ano de 2011, estava com 87 anos, vive no município de Verê na comunidade rural de Linha Bananal desde o ano de 1955.

Edmundo Santoro em seu depoimento apresenta com receio suas memórias em relação à migração para a região e sobre a Revolta. O receio em falar sobre o levante é característico em seu depoimento, ao inverso, do que se expressa nas comemorações da Revolta, em que as experiências dos colonos não são privilegiadas, a fonte oral permite a compreensão das vivências a partir de um passado que ainda se faz presente. Neste caso, Santoro tem receio em expressar todas suas experiências no levante mesmo a mais de 50 anos do ocorrido, o que demonstra o quão foi significativo aquele acontecimento para sua vida e o que também demonstra como ainda esta vivo em sua memória o que passou nos anos 50.

Dentre os inúmeros trechos de seu depoimento que mereciam destaque, um deles é em relação à compra da propriedade onde residia quando concedeu a entrevista. Santoro destaca que compraram a propriedade como “posse” de um sujeito chamado “Alcides Batista”, morador do município de Palmas, o qual não lhes forneceu nenhum documento da propriedade, apenas um papel escrito à mão: “o documento da posse é que o Batista desistiu da posse e deu a procuração pro pai.” (SANTORO, 2011, p.02.) Santoro recorda ainda que

essa procuração foi registrada em cartório. Mesmo assim, destaca que tinham consciência que mais tarde precisariam legalizar essa posse, porém não da maneira como se desenrolou o levante.

Como a família de Santoro chega em 1955 no município, não demorou para a CITLA manifestar-se cobrando o valor referente a terra. Apesar de ser breve em seu depoimento, o entrevistado apresenta detalhes da presença da companhia em sua residência, por meio dos jagunços, assim, destaca que eram ameaçados e se não saíssem da propriedade: “Se não sair, davam prazo “tal dia” se não sair queimemos a casa. Que minha casa era pra ser queimada. E eu fui a Pato Branco pra ver se era, pra ver se eu conseguia falar com mais autoridades e enquanto isso o militar entrou.” (SANTORO, 2011, p.04.) A descrição provavelmente é relacionada a alguns dias depois dos levantes, pois conforme descreve, o “militar entrou”, porém, os militares somente entram depois que as companhias já foram retiradas.

Em todo caso, é interessante observar neste trecho as ameaças praticadas contra os colonos, no caso, foi estabelecido um prazo para o pagamento da terra, caso contrário a casa seria queimada. Foi essa insegurança e a eminente possibilidade que o fez viajar até Pato Branco, na tentativa de falar com alguma autoridade, sobre sua situação e também de seus vizinhos.

Em relação à ida a Pato Branco, importa destacar a Revolta a partir dos líderes, no caso, Ivo Thomazoni em Pato Branco e o levante a partir do colono sem desmerecer ou ocultar a participação de algumas lideranças urbanas. Neste sentido, em meu trabalho as lideranças aparecem após a ação dos colonos, assim, a perspectiva se inverte, não estou apresentando o levante a partir de lideranças, mas sim, a partir de pessoas simples, expondo também seu protagonismo na Revolta. Conforme acontece neste trecho, em que destaca novamente sua viagem até Pato Branco: “Não, porque eu fui, eu diretamente fui falar, fui pra falar com o prefeito que era de Pato Branco, um tal de Ivo Thomazoni.” (SANTORO, 2011, p.07.)

Essa perspectiva de apresentar o levante a partir dos colonos e vislumbrar como esses sujeitos percebem as lideranças urbanas do levante, apresentam-se enquanto uma especificidade do depoimento oral. Obviamente, isso não significa apenas privilegiar o colono

ou o agricultor, mas sim, apresentar suas vivências ao ponto em que elas consigam vislumbrar pessoas como Ivo Thomazoni, enquanto uma liderança ou uma referência, nome esse que já está presente na literatura sobre a Revolta, o que não é o caso de seu Edmundo Santoro.

Santoro ainda admite que foi incentivado à viajar até Pato Branco graças aos apelos apresentados pelos radialistas da rádio Colmeia de Pato Branco e Francisco Beltrão, os quais foram um meio para manter os colonos informados. Isso justifica não apenas as ações dos colonos, mas sim, do próprio entrevistado, em consideração, que os colonos não decidem de um dia para o outro “amanha vamos fazer a Revolta!” ou o próprio Edmundo Santoro, também não decide de imediato ir a Pato Branco conversar com autoridades. Isso somente acontece, porque esses sujeitos em algum momento se sentiram injustiçados, pressionados ou que perderam seus direitos e tinham consciência que possuíam direitos.

É exatamente nesse aspecto que as vivências em comunidade, que já foram apresentadas nesse artigo, são fortalecidas. A união com os vizinhos e a confiança de que tinham algum respaldo em Pato Branco ou Francisco Beltrão fez Edmundo Santoro e outros sujeitos, acreditarem em uma solução, para a posse da terra, nem que para isso fosse preciso uma organização e mobilização no sentido de ocupar os centros urbanos.

Como último aspecto do depoimento de Santoro, destaco dois momentos. Primeiro é questionado sobre o que significou o título da terra, adquirido em 1960, em seguida, como ficou a região após o levante. Em resposta a isso destaca simplesmente com apenas uma palavra que o título da terra significou “legítimo!”, já em relação ao que mudou após o levante destaca: “Ah! Ai clareou o dia!. Daí apareceu o sol pra todos.” (SANTORO, 2011, p.11.) Essas duas frases mostram não apenas a conquista da terra, mas sim, a legitimidade, do que é válido, autêntico, o que faz clarear o dia e aparecer o sol para todos, não apenas para “privilegiados”. O que contrasta com o receio e as palavras contadas que seu Edmundo apresenta, pois mesmo após a legitimidade e o sol voltando a brilhar, ainda tem receio em apresentar o que viveu durante a Revolta de 1957.

Outro sujeito que acreditou em uma definição em favor dos colonos foi Olivino Garbosa. Natural de Campos Novos/SC, nasceu em 02 de maio de 1931, no momento da entrevista, no ano de 2011, estava com 79 anos, migrou com sua família em 1944 para a

comunidade rural de Barra do Santana, pertencente hoje ao município de Verê. O entrevistado destaca que assim que chegaram compraram uma posse de um sujeito chamado “Pedro França”, porém, pouco tempo depois ficaram sabendo que companhias imobiliárias cobrariam essas terras novamente: “Apareceu as companhias dizendo que a terra era deles, companhia CITLA e companhia COMERCIAL.” (GARBOSA, 2011, p.01.)

Ambas as companhias atuaram na região, porém, somente a COMERCIAL tinha escritório em Verê, assim, Garbosa recorda que quando compraram a terra não sabiam que aquele terreno pertencia a terceiros: “Nem falavam em companhia ninguém falava. Que era de companhia esses terreno ai.” O entrevistado demonstra desconhecer qualquer indício da existência das companhias antes de 1948, assim, Garbosa e seus irmãos e vizinhos decidem organizar-se e lutar pela posse que haviam comprado:

Nós tínhamos uma radialista em Pato Branco por nome Ivo Thomazoni, aquele ajudava os colonos aqui, era um radialista. Ele o doutor Deni, outro companheiro que ajudava a colonada aqui o “Porto Alegre” é apelido “Porto Alegre.” Começaram a fazer pressão em cima dos colonos e ai apareceu um sargento do exército ali no Alto Verê [comunidade de Verê] com seis soldados e jogou brasa em nós. O sargento falou: “olha comecem a prender essa jagunçada ai que nós ajudamos.” [...] [...] Eu não fui lá falar com ele, mas meus irmãos foram, ele disse: “comecem prender, prendam os que não querem se entrega mate, que nós ajudamos, vocês façam isso lá comecem prender a jagunçada e venham aqui que nós ajudamos.” E como já tava fervendo a coisa, comecemos a prender deles, aqui no, tinha uma barraca lá [aponta com a mão] e outra ali na capela, dos agrimensor e peão, se calcula que tinha, acho que dez ou doze pião e o agrimensor e o guarda lá na estrada e nós comecemos a chegar nas barracas e tomar as armas deles. Eles tinham três Winchesters e três revólver, essa turma aqui do [...] Foi tomado tudo e foram lá avisar o sargento e o sargento tinha ido embora pra Beltrão. Deixou, ele tava no barracão da igreja e tava furado de bala, mas eu pra mim foi ele mesmo que meteu-lhe bala pra pegar fogo. E correu foi pra Beltrão e deixou nós “numa carroça sem cabeçalho!” Nós tava já mais ou menos nus oitenta aqui e tinha dez ou doze deles preso dessa gente, estavam dentro da escola preso. (GARBOSA, 2011, p.07.)

Essa descrição é referente ao dia que antecede o combate em Verê, assim, cabe observar o contato estabelecido com lideranças, no caso, em Francisco Beltrão, além disso, Garbosa reconhece essa ajuda e apresenta o contexto que ocasionou o conflito entre colonos e

jagunços em agosto de 1957. Neste sentido, o entrevistado apresenta inúmeros outros elementos da organização dos colonos, além da significativa interferência de um sargento do exército que incitou as ações contra funcionários da companhia. Essa ação aparece de forma inesperada, pois a literatura sobre o levante não descreve sobre esse dia e também sobre este sargento.

Foi a procura por uma orientação em Francisco Beltrão e a indicação do sargento, que fez com que os colonos se tornassem protagonistas e agissem por conta própria. O depoimento de Garbosa também apresenta uma característica comum a outros depoimentos, ao destacar o levante a partir de suas experiências e como consequência a conjuntura de lideranças em Francisco Beltrão e Pato Branco. Ou seja, somente quando não encontram uma saída pacífica para a questão, decidem agir e buscar apoio, assim, a especificidade da fonte oral aparece enquanto diferencial que permite a compreensão do levante a partir das experiências individualmente vividas, que compreendem toda uma comunidade de práticas sociais e culturais compartilhadas, assim como recoloca esses sujeitos como protagonistas de uma conquista alcançada pela união de forças.

Neste sentido, esse trabalho teve a intenção de privilegiar memórias de pessoas comuns, que não participaram diretamente de movimentos comemorativos e que também não estão na literatura que trata sobre o levante. Esses sujeitos apresentados e inúmeros outros não só em Verê, mas em todas as cidades do Sudoeste do Paraná em que o litígio da terra se fez presente em 1957, são pessoas simples, que não expressão suas memórias com cunho político, tampouco como parte de uma efeméride, mas apenas, expressam o que vivenciaram, a luta, a organização e a resistência para garantir o que já lhes era de direito, a terra.

As experiências orais presentes neste trabalho tinham como intenção privilegiar os que até então não eram privilegiados, nas lembranças ou mesmo na historiografia que trata sobre a Revolta. Assim, aponto algumas peculiaridades da fonte oral no trabalho historiográfico, aspectos esses, que se fizeram presentes neste trabalho e que merecem ser considerados junto à metodologia oral.

Se deve considerar que o depoente elabora a memória no presente e por isso ela pode ser subjetiva, considerando que para a elaboração de seu depoimento o entrevistado pode estar

se utilizando de descrições já difundidas na região ou mesmo disseminadas a partir das efemérides de 2007 em diante. Ou seja, devemos nos atentar a produção do depoimento oral no presente, com a memória constituída no momento da entrevista, para que a fonte oral não se torne no trabalho histórico apenas mais um artefato da memória oficial.

Alessandro Portelli é considerado um dos principais referenciais em relação à metodologia oral no trabalho histórico. A partir disto, apresento algumas considerações em que expõe o cuidado e a especificidade do depoimento oral enquanto fonte na pesquisa histórica. Portelli em seu trabalho, *A filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*; elabora considerações a partir das narrações de Ferrucio Máuri e Frederick Douglass, problematizando a subjetividade e o ato interpretativo nas reflexões da memória no trabalho com fontes orais. Assim, no momento em que discute os dois exemplos e os caracteriza como a memória de um ato interpretativo, destaca:

De fato, a narração de Ferrucio Máuri, como a de Frederick Douglass, é a memória de um ato interpretativo: pelos sinais que viram, tratam de resgatar a “verdade do coração”, constituída no caso de Máuri pela subjetividade operária, e no caso de Douglass, pelo estado de ânimo de seu feitor. (PORTELLI, 1996, p.06.)

Portelli considera a questão da memória junto à história oral a partir do ato interpretativo e da subjetividade. Os exemplos são construções da memória elaboradas pelos sujeitos no momento da reprodução do depoimento, localizados a partir de um ato interpretativo, assim como o que permeia a produção do depoimento dos entrevistados. Essa questão emerge dentro da perspectiva da análise de depoimentos a partir da subjetividade, que para Portelli é uma das suas principais preocupações no fazer história a partir da metodologia oral.

Considerando a história oral enquanto uma importante metodologia para o trabalho histórico, elaborei este artigo somente com fontes orais. Da mesma forma que Portelli qualifica, a fonte oral não é um mero suporte “para as fontes tradicionais escritas”, optei por elaborar um artigo somente com a metodologia oral, em consideração, as “qualidades específicas que fazem a história oral diferente.” (PORTELLI, 1997, p.26.)

Os trechos apresentados no último parágrafo referem-se ao artigo; *O que faz a história oral diferente*, em que Portelli procura elencar elementos dessa “especificidade” da fonte oral. Neste sentido, no item em que direciona “quem fala na história oral?” apresenta considerações, de que sujeitos podemos tratar através da metodologia oral, destacando como o historiador pode privilegiar sujeitos no diálogo oral:

A história oral não reside onde as classes operárias falam por si próprias. A afirmação contrária, naturalmente, não seria totalmente infundada: o relato de uma greve nas palavras e memórias de trabalhadores, ao invés daqueles da política e da (sempre inamistosa) imprensa, obviamente ajuda (embora não automaticamente) a equilibrar a distorção implícita naquelas fontes. Fontes orais são condição necessária (não suficiente) para a história das classes não hegemônicas, elas são menos necessárias (embora de nenhum modo inúteis) para a história das classes dominantes, que têm tido controle sobre a escrita e deixaram atrás de si um registro muito mais abundante. (PORTELLI, 1997, p.37.)

Este fragmento expressa alguns aspectos que permeiam o artigo em relação às fontes orais. Como primeiro item cabe considerar que optei por privilegiar os depoimentos orais no município de Verê com intuito de “equilibrar” as lembranças referentes à Revolta de 1957. Assim, não selecionei o levante a partir de lideranças urbanas – obviamente que elas aparecem como consequência nos depoimentos orais – mas sim, as “palavras e memórias de trabalhadores”, no caso, de colonos que também possuem seu protagonismo na conquista da terra. Desta forma, assim como assinala Portelli as “classes dominantes”, que nas lembranças de 1957 se personificam em celebrações comemorativas de cunho político, tem deixado para trás registros mais abundantes. Como é o caso das memórias privilegiadas neste trabalho, referentes aos colonos do município de Verê.

Lidar com experiências de outras pessoas como realizei, é um trabalho extremamente complicado e que emana grande responsabilidade ao historiador. Os depoimentos selecionados e privilegiados neste trabalho não significam de maneira alguma a totalidade das experiências vividas pelos colonos em 1957, em sentido diverso, as experiências anteriormente apresentadas são apenas, meros relatos, selecionados e apresentados de acordo

com o contexto oferecido pelo entrevistador ao entrevistado, o que obviamente esta longe de desqualificar o depoimento oral.

Para Portelli o que faz a história oral diferente é que “fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1997, p.31.) Ou seja, Portelli consegue interpretar o discurso oral a partir das diferentes perspectivas em que se apresenta, seja o que na visão do entrevistado ele fez em relação ao acontecimento histórico que esta descrevendo, como também o que queria – seu grupo – fazer. Além disso, deve se considerar sua posição atual do que acreditava estar fazendo e o que interpreta agora, cercado pela subjetividade do presente.

Nesse contexto, destaco novamente que através da metodologia oral consegui observar que: “entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas.” (PORTELLI, 1997, p.31.) Essas considerações expressão o que me dediquei fazer nessas páginas, os eventos da Revolta de 1957 já são conhecidos no município de Verê e na região Sudoeste do Paraná, bem como, a historiografia que trata sobre o levante também já tem debatido esses eventos de forma exaustiva. Porém, a intenção desse artigo foi justamente apresentar esses fatos já conhecidos a partir de sujeitos simples, que permitem novas interpretações e “nova luz” sobre aquilo que já é visto como algo dado, em relação à conquista da terra por parte dos colonos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e identidade. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.5, n.10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v.2, n.3, 1989.

POLLAK, Michael. **Memória, olvido, silencio**: La producción social de indentidades frente a situaciones limite. La Plata/Buenos Aires: Al Margen, 2006.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. **Tempo**. Rio de Janeiro: UFF, n.2, dezembro de 1996.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo (14). Fevereiro, 1997.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2007.

FONTES

GARBOSA, Olivino. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: **Memórias da terra**: modos de viver lutas e resistências no Sudoeste e Oeste do Paraná. Por Tiago A. Orben, Paulo José Kolling e Francieli Pinheiro. Verê/Paraná – comunidade rural de Barra do Santana, 21 de maio de 2011, duração: 52 min. 28 seg.

SANTORO, Edmundo. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: **Memórias da terra**: Modos de viver lutas e resistências camponesas no Oeste e Sudoeste do Paraná. Por Francieli Pinheiro, Paulo José Kolling e Tiago A. Orben. Comunidade rural de Linha Bananal. Verê/Paraná: 04 de julho de 2011, duração: 75 min. 40 seg.

TARTAS, Tereza. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: **A Revolta dos Colonos outras memórias**. Por Tiago A. Orben. Município de Verê, perímetro urbano, Verê/PR, 17 de janeiro de 2013, duração: 54 min. 20 seg.

THOMÉ, Antonio. Entrevista concedida ao Projeto de Pesquisa: **A Revolta dos Colonos outras memórias**. Por Tiago A. Orben. Comunidade rural de Linha Bellé. Verê/Paraná, 12 de janeiro de 2013, duração: 57 min. 28 seg.